

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.842 - RS (2019/0300988-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **JAIR DA SILVA**
AGRAVANTE : **JAMES CHANG**
AGRAVANTE : **JANDYR DIRCEU MICHELSEN**
AGRAVANTE : **JESUS DE OLIVEIRA SAMUEL**
AGRAVANTE : **JOAO ANGELO DAUDT**
AGRAVANTE : **JOAO CARLOS GARCIA**
AGRAVANTE : **JOAO ECLAIR DEGEN**
AGRAVANTE : **JOAO JUAREZ RIBAS**
AGRAVANTE : **JOÃO PAULO NIEDERAUER ESTIVALET**
AGRAVANTE : **JORGE CANDIDO DE MAGALHAES**
AGRAVANTE : **JOSÉ ANTÔNIO LINCK LEITE**
AGRAVANTE : **JOSE ANTONIO TADEU MACHADO VIEIRA**
AGRAVANTE : **JOSE CARLOS THIESEN CUNHA**
AGRAVANTE : **JOSE KRAS FREITAS**
AGRAVANTE : **JOSE LUIZ DE ALMEIDA LEMES**
AGRAVANTE : **JUAREZ CARLOS HAAS**
AGRAVANTE : **JULIO ELMAR VARGAS**
AGRAVANTE : **LEONARDO DA ROSA SIQUEIRA**
AGRAVANTE : **LUIS ADOLFO VELLOSO PRADEL**
AGRAVANTE : **LUIZ ANACLETO LIMA CARVALHO**
AGRAVANTE : **LUIZ RICARDO KUPLICH DOS SANTOS**
AGRAVANTE : **LUIZ MAXIMILIANO DE ALMADA SYMANSKI**
AGRAVANTE : **MARCO ANTONIO CESTARI**
AGRAVANTE : **MARCO ANTONIO TRINDADE MAINIERI**
ADVOGADOS : **DENISE RIBEIRO DENICOL - RS058519**
 ANDRÉ AVELINO RIBEIRO NETO - RS006815
 CARLA LUCIANA DOS SANTOS - RS048290
 CÍCERO TROGLIO - RS024537
 CÉSAR VERGARA DE ALMEIDA MARTINS COSTA - RS028947
 ANDRE DIAS RIBEIRO - RS071544
AGRAVADO : **PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS**
ADVOGADOS : **FLÁVIO RICARDO COMUNELLO - RS052311**
 FABIANO CASTILHOS DE MATTOS - RS060168
AGRAVADO : **FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS**
ADVOGADOS : **FÁBIO KORENBLUM - RS092135A**
 CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RS056888

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da

Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

i) não cabimento de Recurso Especial quando ocorre violação de norma constitucional;

ii) ausência de omissão/ contradição/ obscuridade ou erro material no acórdão recorrido;

iii) ausência de violação do art. 489 do CPC;

iv) consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ), face o Recurso Representativo de Controvérsia REsp nº 1.370.191/RJ - Tema 936 do STJ;

v) consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ), face o Recurso Representativo de Controvérsia REsp nº 1.425.326/RS - Tema 736 do STJ;

vi) incidência das Súmulas 5 e 7, ambas do STJ; e,

vii) prejudicialidade da análise do dissídio em razão da incidência das Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Entretanto, a parte agravante, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos seguintes óbices: não cabimento de Recurso Especial quando ocorre violação de norma constitucional; consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ), face o Recurso Representativo de Controvérsia REsp nº 1.425.326/RS - Tema 736 do STJ; incidência das Súmulas 5 e 7, ambas do STJ; e prejudicialidade da análise do dissídio em razão da incidência das Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora